



A PRAÇA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO: PAISAGEM PATRIMONIALIZÁVEL

Karina Cardoso Nunes

Graduado em Pedagogia

Campus Universitário do Baixo Tocantins – UFPA

Gleyce dos Santos Lima

Graduado em Pedagogia

Campus Universitário do Baixo Tocantins – UFPA

Kayo Cardoso Nunes

Graduando em Engenharia Mecânica - IESAM

Prof. Dr. Dedral Brandão da Silva

Doutor em Educação

Campus Universitário do Baixo Tocantins – UFPA/FAECS

RESUMO

Este estudo é resultado de pesquisa realizada no Município de Abaetetuba, que tem como objeto de investigação analisar a Praça de Nossa Senhora da Conceição como paisagens patrimonializável e ambientes da memória e de vivências culturais. A pesquisa é de base qualitativa, busca compreender como esses espaços podem ser compreendidos como instâncias patrimonializáveis. Construo essa reflexão a partir das contribuições dos seguintes autores: Hawlbachs (1968), Pollak (1992), Lemos (1981), Nora (1984) e Funari e Pelegrini (2006). Foram adotadas como procedimentos metodológicos as seguintes etapas: pesquisa bibliográfica, entrevistas informais, observações de campo e registros fotográficos como possibilidades do trabalho da memória. O resultado da pesquisa revelou que o espaço torna-se paisagem patrimonial por conter em sua territorialidade, elementos característicos como: a memória, história e a identidade cultural, elementos formadores do patrimônio desta respectiva população. Outro resultado revelado foi que o espaço analisado traduz questões de cunho político e social: como o domínio da Igreja visando garantir seu poder ideológico, assim como elemento de identificação social.

Palavras-chave: Memória. Patrimônio. Praça.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho, intitulado “A Praça de Nossa Senhora da Conceição: Paisagem Patrimonializável” é um fragmento de minha monografia, onde aborda o tema do Patrimônio Cultural, relaciona tal patrimônio com o cotidiano, a memória e história dessa cidade, aspectos responsáveis por caracterizar um espaço geográfico como paisagem patrimonial. Dessa forma, apresento reflexões que vão desde a função desses espaços para a manutenção (até certo ponto) da vida cotidiana, por meio das tradições, dos costumes, dos valores dentre outros elementos que ali sejam celebrados, até a forma que utilizam essa territorialidade, como palco de suas ações sociais, delineando toda política diariamente reproduzida nesse local.

Um dos pilares para a realização da presente pesquisa, foi além de obras de autores que tratam o Patrimônio histórico, paisagem cultural, memória e o cotidiano, entre outras fontes



documentais. Tomei ainda como base as histórias de pessoas que viveram momentos que hoje só tem espaço na memória, muitas vezes já bastante vagas, apoiada em suportes de lembrança, como fotos, edificações, paisagens, a lembrança é a sobrevivência do passado, conservando-o no espírito de cada ser humano como sendo imagens-lembranças.

O estudo justifica-se pela importância de reconhecermos os ambientes patrimoniais, e refletirmos sobre as práticas culturais desenvolvidas nesses espaços, paisagens de valor cultural e histórico, que são fontes de conhecimento popular e experiências educativas.

Deste modo, a pesquisa objetivou analisar A Praça de Nossa Senhora da Conceição da cidade de Abaetetuba como paisagem patrimonial e ambiente de vivências culturais. Descrevendo os processos de sociabilidade que ocorrem na praça de Nossa Senhora da Conceição e seu processo histórico de inserção.

DESENVOLVIMENTO

Para a construção desta pesquisa sobre patrimônio aciono Lemos (1981, p. 7 á 10) que assume a palavra patrimônio histórico como uma ramificação do acervo maior intitulado: “Patrimônio Cultural”, dividindo-o em três categorias, sendo elas: recursos naturais, conhecimento e bens culturais. Dentre essas categorias, o autor reflete como esses artefatos mantem sua utilidade ao longo do tempo, sendo assim, ele nos apresenta uma primeira reflexão, “devemos prestar atenção às relações necessárias que existem entre o meio ambiente, o saber e o artefato; entre o artefato e o homem; entre o homem e a natureza” (Lemos1981, p. 11).

Ou seja, segundo Pelegrini e Funari (2006, p. 9) afirma que a visão de patrimônio surge por meio de seus valores e assim podendo ser também desvalorizados de acordo com o interesse de uma sociedade, cabendo a nós determinar o que é alvo de ser patrimônio e analisar ao longo do tempo como o mesmo foi visto por seus grupos sociais, como as relações entre o artefato e o sujeito e entre o sujeito e a territorialidade foram sendo cristalizados ao longo do tempo.

Porém, ao tratarmos de patrimônio, somos remetidos a memória e história desta forma, para compreender o trabalho da memória sendo este um dos elementos responsáveis por denominar determinados lugares como patrimonializável, apoio-me em Michael Pollak (1992), que discute sobre a memória e identidade social, e como as mesmas conseguem sobreviver e readaptar-se, fora de seus ambientes sociais, sua sobrevivencia esta relacionada também ao sentimento de pertencimento que os sujeitos constroem com determinada territorialidade ou com o próprio artefato, a representação construída acerca desse espaço ou objeto torna-se familiar e parte de seu



processo histórico dentro desta sociedade. Outro autor que contribui com este conceito de memória é Maurice Halbwachs (1990) que afirma que o fenômeno da recordação e da localização das lembranças não pode ser percebido e analisado se não forem levados em consideração os contextos sociais que servem de base para a reconstrução da memória.

Seguindo o trabalho realizado pela memória, trago à discussão Pierre Nora (1984), estudioso do conceito de “Lieux de Mémoire” (Lugares da Memória), para dialogar sobre a patrimonialização desses dois locais, no qual o autor destaca que a terminologia “lugares” abrange todos os sentidos do termo, vão de objetos materiais e concretos, ao mais abstrato, simbólico e funcional, em graus diversos, simultaneamente esses aspectos devem coexistir. Deste modo os lugares da memória, são restos que se perpetuam de um outro tempo, e que transmitem ritos para uma sociedade desritualizada, seja pela evolução urbana, globalização, ou midiaticização.

Deste modo, para pronunciar que tal espaço é suscetível de ser patrimonializável, devemos ficar atentos ao seu processo histórico, sua memória, as relações que eles constituem com esse espaço, como suas identidades são constituídas a partir daquele ambiente, como suas tradições e culturas são desenvolvidas dentro desta territorialidade.

DISCUSSÃO DOS DADOS

A Praça de Nossa Senhora da Conceição faz alusão à fundação da cidade e nos mostra, também, como a fundação da cidade está vinculada ao fato religioso. Nesse caso, no que diz respeito ao Patrimônio Cultural, informa que a conservação dos artefatos históricos engloba os valores e interesses de uma da sociedade. Ou seja, “a necessidade da busca da preservação dependem do entendimento em relação ao seu valor histórico e social para determinada sociedade” (Lemos 1981, p. 20). Assim sendo, a praça é conservada pela representação de um momento histórico vivido pelos moradores, acerca da fundação da cidade, para lembrar este acontecimento. Ele corresponde ao testemunho histórico da fundação da cidade.

Nessa perspectiva, apoio-me nos estudos de Jorge Machado (2008), e na entrevista concedida por ele no dia 16 de Julho de 2016 para tratar sobre o processo histórico da cidade envolvendo a construção da Igreja. Em seus estudos descreve que foi por meio do reconhecimento ao “Milagre da Salvação”¹, que Francisco Azevedo Monteiro construiu a primeira capela do então

¹ Monteiro foi acometido de uma terrível tempestade, como devoto de Nossa Senhora da Conceição fez uma promessa, que se ele e sua família sobrevivessem a esse infortúnio ergueria uma capela em seu nome. Francisco Azevedo Monteiro é considerado o fundador da cidade de Abaetetuba.



vilarejo. Esse monumento tornou-se elemento de referência para a memória histórica desse lugar, tornando-se um dos signos constituintes da paisagem patrimonial da cidade.

Cada praça tem sua própria história, características e condições específicas para que nela se produzam relações sociais que possibilitam e dão sentido à vida urbana. Nesse sentido, a Praça de Nossa Senhora da Conceição não se difere das demais praças. A praça é, talvez, o maior símbolo da ideia de convivência humana, pois como pude observar, é de hábito alunos como, por exemplo, do Colégio São Francisco Xavier saírem e se direcionaram-se a praça, para conversar, namorar, brincar e utilizar a “praça de alimentação”; outros agentes frequentam a praça para ir ao Cristo crucificado acender uma Vela, fazer sua oração e benzer-se. Ir a igreja fazer sua oração diária, são algumas das ações que presenciei na praça. Percebe-se, portanto, que há certa tradição em relação ao uso da praça pelos moradores, tal uso está relacionado à função social desenvolvida pelo espaço no imaginário social da população na cidade.

Porém, a praça sofreu modificações, hoje cercada, com suas árvores, coreto e bancos antigos retirados, trouxeram uma nova arquitetura a este ambiente, mudanças que sofreram críticas negativas por parte dos abaetetubenses. O povo ajudou a construí-la e erguê-la em nossa cidade. Com isso, ele se sente parte integrante deste símbolo, o que possibilita a eles questionar as transformações nela imposta, entretanto não aconteceu. No período de “divulgação do projeto”, não houve consulta pública sobre as mudanças que seriam realizadas na praça antes dessa divulgação, o que mostra que mesmo que o espaço possuísse características públicas, ele pertence à Igreja, e cabe a ela direcionar os rumos deste local, mostrando que o elo histórico que une o erguimento desse monumento foi desconsiderado uma vez que sua história é marcada pela participação popular. Veja o relato de uma informante:

“Falo como arquiteta, eu sabia que essa insatisfação iria acontecer cedo ou mais tarde, pois um projeto arquitetônico de um espaço público que é a Praça de Nossa Senhora da Conceição que foi projetado sem ouvir a opinião da maioria do povo, que não foi feita, as fases que um projeto arquitetônico que começa com o estudo das necessidades de uso de um espaço público tão significativo para a cultura de um povo, que teve desrespeitado toda a sua forma de vivenciar esse espaço só poderia resultar na insatisfação deste povo” (Mirian, arquiteta)

O registro da fala da informante arquiteta e moradora da cidade, mostra que é normal ocorrer as mudanças arquitetônicas impostas pela nova reestruturação da praça, que, já era um “projeto quisto” pela gestão da igreja, antes mesmo do novo gestor da igreja chegar, sendo essas mudanças ocorridas na gestão do novo bispo. A gravidade levantada pela moradora está justamente na ausência da participação do povo na construção desse projeto arquitetônico contemporâneo, que



traria modificação nos costumes e tradições. Dado que a igreja é intitulada a casa de Deus, lugar de confraternização em nome Deste, nada mais justo do que ouvir o “povo da igreja”. Ressalto aqui, também, que meus entrevistados em sua totalidade são católicos. Assim, o povo sentiu-se desrespeitado, pela não democracia, em um país dito democrático. As mudanças significativas diminuíram a autoridade sobre este território, a questão sobre o vivido nesse espaço não foi levado em consideração, o domínio religioso prevaleceu, cuja ocupação desse espaço territorial lhe pertence, a presença desse novo local parece dar legitimidade à igreja, disciplinando o espaço de acordo com seus interesses, num processo de “higienização cultural” vivenciada nesse local, trazendo uma nova configuração forjada pelos interesses da autoridade eclesiástica.

Desta forma, esse espaço chamado Praça de Nossa Senhora da Conceição, é um espaço de sociabilidade, de vivências, de memórias, é a representação da Fé e religiosidade acolhida por essa população, porém, é um espaço de poder eclesiástico, onde administra esse espaço de acordo com as regras da igreja católica. A praça tornou-se assim um importante elemento na malha urbana desta cidade, proporciona à cidade além da melhoria de qualidade de vida, lazer e recreação, fazendo parte do cotidiano dos Abaetetubenses. Este espaço conta uma pequena parte da história deste município, porém, como espaço de convivência, ele sofre modificações a partir de novos usos que são impostos por seus gestores, mas sem mudar sua característica principal, que é proporcionar a sociabilidade. Deste modo, mesmo com as imposições realizadas nesse local, ele contém elementos que o caracterizam como patrimônio desta cidade, ele é detentor da memória, história, cultura e identidade desses sujeitos.

CONCLUSÃO

Quando analiso e reflito o espaço da praça como paisagem patrimonializável, trago a configuração religiosa disposta nesse espaço, o hábito de ir à igreja, uma tradição desenvolvida há mais 100 anos por estes moradores católicos, prática cultural transmitida de pai para filho. O costume de usar este espaço como local de sociabilidade e de lazer acaba reforçando um sentido de tradição do lugar. A monumentalidade que faz referência à imponente do poder religioso, cultura incorporada aos costumes ribeirinhos e tida como parte da identidade religiosa dessa cidade.

Percebi em minha pesquisa que independentemente da configuração esse espaço, dos e produtor da diversidade cultural, a análise de seus usos, sua morfologia ao longo da história provam tal fato, por isso é extremamente necessário se entender a praça ao longo da história dessa população. Por isso, se mostra relevante os estudos e dados aqui apresentados. São a partir desses



dados que podemos compreender com clareza sobre o mundo da diversidade cultural que cerca esse lugar e como ele tornam-se o patrimônio cultural deste município.

Assim, classifico esse espaço como locais suscetíveis de patrimonialização, devido carregarem em sua territorialidade, os elementos formadores da identidade cultural dessa população. E por serem ambientes de conhecimentos, de *saberes* construídos, sujeitos que os constroem, o fazem a partir dos seus próprios saberes, suas próprias estratégias cotidianas, para assim construir suas histórias.

REFERÊNCIAS

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

LEMOS, A. C. Carlos. **O que é patrimônio Histórico**. Editora brasiliense s.a , 1981

MACHADO, Jorge. **História de Abaetetuba**. Abaetetuba. Edição Alquimia. 2001.

NORA, Pierre. **Les lieux de mémoire**. I La République, Paris, Gallimard, 1984, pp. XVIII-XLII.

Tradução autorizada pelo Editor. Editions Gallimard 1984. Tradutor KHOURY, Yara.

PELEGRINI, Sandra C. A. FUNARI, Pedro Paulo Abreu. **Patrimônio Histórico e Cultural**.

Editora Jorge Zahar. 2006

POLLAK, Michael. **Memória e Identidade social**. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.